

INFORMAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59.500.000274/2017-67

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 35-2017

OBJETO: Seleção para ocupação de **299** (duzentas e noventa e nove) unidades parcelares familiares no Projeto de Irrigação Pontal, no município de Petrolina-PE, para implantação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais.

RECORRENTE: JOSÉ ABDON MACEDO BONFIM

MOTIVO DA INABILITAÇÃO: certidão municipal errada, renda familiar insuficiente e não comprou experiência na área de irrigação

ALEGAÇÃO ATUAL: Impugnação ao resultado do recurso administrativo. O resultado da Comissão do Edital nº 35/2017 afirma O recorrente não apresentou comprovação de experiência irrigada, Não anexou a Certidão Municipal correta, e sua renda é insuficiente.

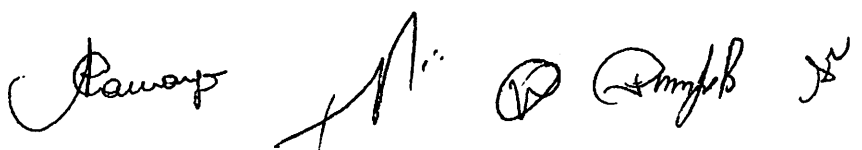
CONCEITOS E FUNDAMENTOS ADOTADOS:

• DA TEMPESTIVIDADE E DOS PRAZOS

O recurso interposto pelo recorrente teve sua tempestividade e a regularidade acatada considerando que o resultado foi publicado em 26.07.2018 e o Edital previa a apresentação de recursos em 5 (cinco) dias úteis, ou seja desde 27/07/2018 até o dia 02/08/2018, prazo obedecido.

A fase recursal do procedimento licitatório tem como fundamento legal o art. 5º, incisos XXXIV e LV, da Constituição Federal de 1988.

O inciso LV, por sua vez, assegura a todos os litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela



inerentes. Assim sendo a comissão acatou os diversos "modelos" de recursos, já que havia os pressupostos formais previstos.

• **CONCEITOS E DEFINIÇÕES:**

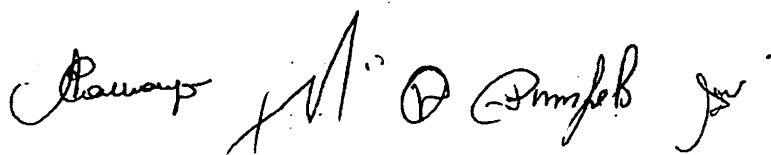
Os seguintes conceitos nortearam as análises e as conclusões da comissão, todos definidos por Direitos e legislação citados neste tratado:

- a) *O prazo de cinco dias úteis para os licitantes apresentarem recursos iniciou-se no dia 27/07/2018 e terminou no dia 02/08/2018;*
- b) *O prazo de análise da comissão iniciou-se no dia 03/08/2018 e foi até o dia 09/08/2018;*
- c) *Declarações em CTPS, desde que comprovem a efetiva experiência e não apenas o cargo, declarações de Sindicatos, Empregadores com CNPJ ou CEI, Assistência Técnica, Cartórios ou órgãos oficiais. As declarações de CTPS que falam dos cargos (agrônomos, técnicos ou outros) devem ser ratificadas com declarações do empregadores ou dos órgãos citados contabilizando o período e as experiências das tarefas executadas.*
- d) *A comprovação de Renda são aceitas por contracheques, Declaração do Imposto de Renda, DECORE, DAP, e outros documentos oficiais. A renda familiar é acatada pelas pessoas do conjunto familiar sob o mesmo teto (endereço) e a efetiva interdependência. Maiores emancipados e em outro endereço não fazem parte do conjunto familiar.*

A falta de comprovação da experiência irrigada foi porque o recorrente apresentou apenas a CTPS com o cargo que desempenhava, e a renda que o mesmo declarou no contracheque e R\$ 4.500,00. No seu recurso apresentou renda complementar de R\$ 1.000,00 referente a uma prestação de serviço. Esta declaração não consta dos documentos do invólucro nº 1, portanto trata-se de documento novo, não sendo permitida a sua inclusão – Não pode ser aceito.

ANÁLISE FINAL

JOSÉ ABDON MACEDO BONFIM, doc. Nº 531/2018, Inscrição nº 5462 e Classificação nº 543 inabilitado, devido certidão municipal errada, renda familiar insuficiente e não comprovou experiência na área de irrigação, alega que todos os documentos foram encaminhados a respectiva comissão.



Análise: A análise de seu recurso aponta que o proponente anexou documentos novos que não sanou as falhas detectadas o que não retifica o parecer anterior, resultando no indeferimento.

A comissão constatou que o mesmo comprovou sua experiência na área de sequeiro e gerenciamento e nenhuma experiência na área irrigada. A renda familiar apresentada não foi suficiente como consta na ficha de inscrição, apenas a certidão municipal foi aceita pela comissão.

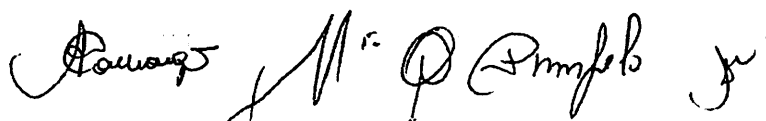
NOME	DATA RECURSO	PROTOCOLO:	
JOSÉ ABDON MACEDO BONFIM	31/07/2018	Doc. 531/2018	INDEFERIR

As experiências tem que ser comprovadas por documento formal, podendo ser CTPS (desde mostre as atividades e não nos cargos). Se a Carteira de Trabalho não tem as especificações das atividades declaradas pelo licitante, este teria que acessoriamente apresentar declaração do empregador comprovando estas atividades. Alternativamente, o postulante poderia comprovar as experiências por declarações homologadas por Sindicatos, ou as alternativas previstas em edital.

A única declaração Sindical anexada, prova apenas seu gerenciamento e a experiência de sequeiro. A experiência em irrigação não esta comprovado pela carteira que especifica ao cargo.

h) Comprovante da experiência em agricultura irrigada, sequeiro e gerenciamento rural, informada na ficha de inscrição, através de cópia da Carteira de Trabalho e/ou Declaração de Empresa de Assistência Técnica pública ou privada (grifei), Empresa Agrícola pública ou privada e/ou Sindicato de Trabalhadores ou Produtores Rurais, assumindo toda responsabilidade perante a lei, de que as informações são verdadeiras, considerando as pontuações detalhadas no Anexo IV deste Edital.

A renda que está registrada em CTPS. E DE R\$ 4.500,00 (diferente do anotado da CTPS que é de R\$ 1.700,00) ou seja inferir aos 5 salários mínimos que declarou em sua ficha de inscrição. O Total de 5 salários totaliza R\$ 4.770,00, ou seja faltava R\$



270 reais para o valor declarado. Em seu recurso apresentou outra renda complementar de R\$ 1.000,00 proveniente de prestação de serviços. Este valor adicional não pode ser acatado porque, não é possível a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, ressalvada a hipótese admitida pela jurisprudência de realização de diligência quando a documentação apresentada contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante.

No caso específico do recorrente **JOSÉ ABDON MACEDO BONFIM**, a comissão NÃO VISLUMBROU NENHUM DOCUMENTO QUE PROVE A EXPERIÊNCIA EM IRRIGAÇÃO DECLARADA. A DECLARAÇÃO ANEXADA SÓ COMPROVA O GERENCIAMENTO E A EXPERIÊNCIA DE SEQUEIRO. A SUA RENDA É INFERIOR AO PATAMAR DECLARADO EM SUA INSCRIÇÃO, E A RENDA EXTRA APRESENTADA EM RECURSOS NÃO PODE SER ACATADA POR TRATAR-SE DE DOCUMENTO NOVO. Estes fatores determinaram sua inabilitação

ANEXO – CÓPIAS DAS PÁGINAS CTPS E CONTRA CHEQUE, DECLARAÇÕES DO SÍNDICATO TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE DORMENTES.

.PARECER ATUAL DA COMISSÃO:

A comissão reitera nesta data o indeferimento do recurso do solicitante, consequentemente permanece o mesmo inabilitado.

Aline Carneiro Amorim
Jose Carlos Carvalho de Silva
João Henrique Santiago Costa

Emílio Fernando R.C. Filho

Petrolina, 26 de Setembro de 2018

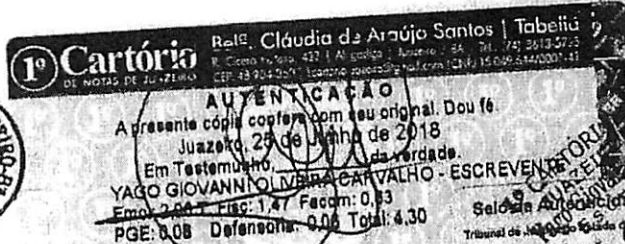
Franklin Delano Leite Gurgel

COMISSÃO EDITAL 35/2017.

RECIBO DE PAGAMENTO DE SALÁRIO MENSAL					Competência
Empresa					Março/2018
0126 JOAO FIACADORI NETO					Divisão R.H.
Chácara SAO CRISTOVAO , 1 KM 17 - PEDRINHAS					Função
PETROLINA PE 56328-020 CEI: 70.000.53731/83					Técnico Agrícola
Nº Reg.	Chapa	Nome			
00043		JOSE ABDON MACEDO BOMFIM			
Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos	
001	SALÁRIO NORMAL	30,00	4.500,00		
101	I.N.S.S.	11,00		495,00	
118	MENSALIDADE SINDICATO	2,00		19,08	
190	I.R.R.F.	22,50		265,00	
<div style="text-align: right;"> 016727 <i>[Assinatura]</i> PROTÓCOLO </div>					
RESUMO DO SALÁRIO		Salário Base	Sal. Contribuição	Total de Vencimentos	Total de Descontos
		4.500,00	4.500,00	4.500,00	779,08
Base Cál. F.G.T.S		F.G.T.S do Mês	Base Cál. I.R.	LÍQUIDO A RECEBER	
4.500,00		360,00	4.005,00		3.720,92
Modelo Fixo Gráfico - 2 Vias <i>Jose Abdon macedo bomfim</i> 1ª via/Funcionário					

RECIBO DE PAGAMENTO DE SALÁRIO MENSAL					Competência
Empresa					Maio/2018
0126 JOAO FIACADORI NETO					Divisão R.H.
Chácara SAO CRISTOVAO , 1 KM 17 - PEDRINHAS					Função
PETROLINA PE 56328-020 CEI: 70.000.53731/83					Técnico Agrícola
Nº Reg.	Chapa	Nome			
00043		JOSE ABDON MACEDO BOMFIM			
Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos	
001	SALÁRIO NORMAL	31,00	4.500,00		
101	I.N.S.S.	11,00		495,00	
118	MENSALIDADE SINDICATO	2,00		19,08	
190	I.R.R.F.	22,50		265,00	
<div style="text-align: right;"> 016728 <i>[Assinatura]</i> PROTÓCOLO </div>					
RESUMO DO SALÁRIO		Salário Base	Sal. Contribuição	Total de Vencimentos	Total de Descontos
		4.500,00	4.500,00	4.500,00	779,08
Base Cál. F.G.T.S		F.G.T.S do Mês	Base Cál. I.R.	LÍQUIDO A RECEBER	
4.500,00		360,00	4.005,00		3.720,92
Modelo Fixo Gráfico - 2 Vias <i>Jose Abdon macedo Bomfim</i> 1ª via/Funcionário					

Formap 016735



18

CONTRATO DE TRABALHO

JOAO FIACADORI NETO

CEI:700005373183

End.: Chácara-SAO CRISTOVAO, 1

Bairro: PEDRINHAS - CEP:56328-020

Município: PETROLINA - UF: PE

Esp. Estab.:

Cargo: Técnico Agrícola

CBO: 3211-05

Data de Admissão : 11/05/2015

Registro Nº :00043

Remuneração específica: R\$ 1.700,00
hum mil setecentos reais p/ mês

JOAO FIACADORI NETO

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de de

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD nº

19

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

CNPJ/MF

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

..... CBO nº

Data admissão de de

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de de

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD nº

CÓPIA COLORIDA



**Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e
Agricultoras familiares de Dormentes**
Fundação 01/04/1993 – Registro 02/09/1999–
CNPJ: 35.447.796/0001-00

Filiado a CUT

016736

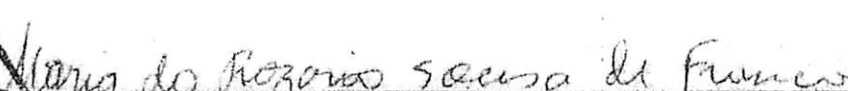
DECLARAÇÃO

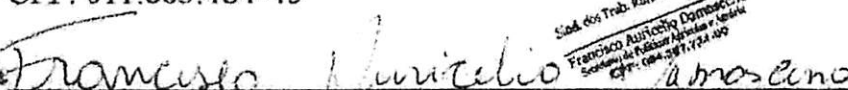
Declaramos, para os devidos fins, que o Senhor (a) JOSE ABDON MACEDO BONFIM, portador da cédula de identidade nº. 1443134805 e inscrito (a) no CPF/MF nº. 03515844473, gerencia a propriedade de sua família juntamente com seus pais na propriedade essa situada no SÍTIO SÃO PEDRO distrito de caatinga grande ZONA RURAL, município DORMENTES de altitude 08°35'29,15" e longitude 40°41,54'0" e matrícula CAR de Nº 11896 percorrendo um total de 35,2 hectares e dois ares onde se cria carneiros e planta milho, feijão, mamona sorgo na modalidade agricultura familiar sequeiro sendo o proprietário do sítio o senhor Raimundo Nonato do Bonfim inscrito (a) no CPF/MF nº. 191.752.604-53, pai do referido.

Onde o senhor Jose Abdon Macedo Bomfim técnico agrícola de CREA PE39295 formado pelo if sertão em 2001 exerce a função de administrador do sítio desde 2001 ano desde formação ate atualmente.

Declaro que as informações acima são verdadeiras.

Dormentes/PE, 28 de Maio de 2018.


Maria do Rozario Sousa de França
Diretora Presidenta
CPF: 011.863.484-45


Francisco Auricelio Damasceno
Diretor de Política Agrícola e Agraria
CPF: 085.587.724-00

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS DE DORMENTES - PE
Reconhecido por Semelhância as lavras indicadas de:
Maria do Rozario Sousa de França, Francisco Auricelio Damasceno
e conferem a o padrão reg. nesta serventia. Dou fé. Dormentes, 29/05/2018
Em testis: da verdade. MARINALDA CAVALCANTI DE MACEDO (SUBSTITUTA)
pelo Digital: 0130492.RAF05201804.00208 e 0130492.NHD05201804.00209
Valor Emol.: R\$ 7,18 TSM: R\$ 1,60 FERC R\$ 0,80 Total R\$ 9,58 - Consulte
autenticidade: www.tjpe.jus.br/selodigital.

Rua Brasilino de Brito, 04 CENTRO DORMENTES-PE



Cartório
Rajá Cláudio de Araújo Santos | Tabelião
R. Cap. Manoel de Almeida, 100 - Jd. São José - PE - 55010-000
Fone: (081) 3333-1111 - E-mail: claudio@cartoriope.com.br
A presente cópia confere em seu original. Dou fé. 29/05/2018
Juizado de Pelos de Dormentes
Em Testemunha da Verdade:
YAGO GOVARTO FERREIRA CARVALHO - ESCRIVÃO
E-mail: 208.T.Fac: 147.Fax: 081
PGE: 008 - Deferimento: 0,08 Total: 4,30



Do Presidente da Comissão da DECISÃO 030/2018 – Em 26/09/2018.

A 3ª AJ

Anexamos INFORMAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL para análise e parecer desta Assessoria.


Franklin Delano Leite Gurgel
COMISSÃO DECISÃO 030/2018

Despacho**Data:** 26/09/2018**Origem:** Presidente da Comissão Decisão nº 030/2018**Referência:** Doc. 850/2018**Assunto:** Impugnação ao resultado do recurso administrativo – José Abdon Macedo Bonfim

À PR,

Senhor Presidente,

Trata-se de representação (art. 103, II, da Lei 8.666/93) contra a decisão a Comissão de Julgamento do processo licitatório do Projeto Pontal - Edital nº 35/2017 que negou provimento ao recurso interposto pelo licitante contra a sua inabilitação no certame. Basicamente, o licitante reitera suas razões recursais.

A Comissão de Julgamento, em suas “informações para instrução processual” reprisam as razões de decidir do recurso anteriormente interposto, que já foram objeto do Parecer Jurídico nº 329/2018, constante às fls. 3251/3253 do Processo Administrativo nº 59500.000274/2017-67 (processo principal), e que concluiu *que a comissão de julgamento observou os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos, nos exatos termos do art. 3º da Lei 8.666/93.*

Em sendo assim, ratifica-se mais uma vez que a decisão da comissão de julgamento foi incorreta, razão pela qual esta 3ª AJ recomenda seja negado provimento à representação apresentada.


Paulo Vasconcelos Filho

Chefe da 3ª/AJ

Decisão nº 704/2015

